



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 6.278/2013 de Outubro de 2013, alterada pelas Leis Municipais nº 6.423
de 03/12/2014 e nº 6.725 de 28/06/2017. Rua: Pernambuco, 1.900-Centro-Cascavel-Paraná
Fone: (45) 3392-6413 E-mail: cmdca@cascavel.pr.gov.br

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA Nº 10 – 18/07/2017

1 Aos dezoito e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e
2 cinquenta e quatro minutos, na Associação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de
3 Cascavel – APOFILAB, situada na Rua Hélio Richardi, nº 1790 - Bairro Cancelli, Cascavel
4 – PR, aconteceu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
5 do Adolescente - CMDCA, sob a coordenação do seu Presidente Sr. Valdair Mauro Debus,
6 de seus Conselheiros e convidados, conforme lista de presença anexa a esta ata. A
7 reunião iniciou com o quórum de treze (13) participantes, na prorrogação de quinze minutos
8 de horário, conforme prevê o regimento interno do Conselho. O Presidente inicia a reunião,
9 dizendo que esta Reunião Extraordinária está sendo realizada a pedido da APOFILAB
10 devido pauta urgente, e como a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
11 tem a mesma pauta e com o mesmo prazo para deliberação do CMDCA, solicita a
12 autorização da plenária para fazer a inclusão da pauta solicitada pela APAE na véspera da
13 reunião, para tratar dos interesses não da entidade, mas sim da política pública em defesa
14 da criança e do adolescente. Valdair agradece a presença de todos os visitantes:
15 Conselheiro Tutelar Gustavo Scherole de Brito, o Presidente da APAE Sr. Evilásio Schimtz
16 e equipe técnica da Entidade, do representante da 10ª Regional de Saúde - Sr. Valdemar
17 Donegá e a equipe da APOFILAB, dando as boas vindas a todos e passa para a **1)**
18 **Apreciação e aprovação da pauta da reunião; 2) Apreciação e aprovação das**
19 **justificativas de ausências; 3) Apreciação e Deliberação do Projeto da APOFILAB,**
20 **para pleito de recursos do FIA Estadual - Edital de Chamamento Público nº 002/2017 -**
21 **CEDCA/PR - Art. 5º, §3º, Inciso IX (prazo de entrega de documentação na SEDS -**
22 **20/07/2017); 4) Apreciação e Deliberação de solicitação de suplementação do recurso**
23 **do FIA, referente à aquisição de computadores já deliberados pelo CMDCA (Ofício nº**
24 **905/2017 de 13/07/2017 - SEASO); 5) Informes.** Valdair solicita a inclusão de pauta que é
25 Apreciação e Deliberação do Projeto da APAE, para pleito de recursos do FIA Estadual -
26 Edital de Chamamento Público nº 002/2017 - CEDCA/PR, sendo que a pauta fica da
27 seguinte forma com a inclusão. **1) Apreciação e aprovação da pauta da reunião; 2)**

28 **Apreciação e aprovação das justificativas de ausências; 3) Apreciação e Deliberação**
29 **do Projeto da APOFILAB, para pleito de recursos do FIA Estadual - Edital de**
30 **Chamamento Público nº 002/2017 - CEDCA/PR - Art. 5º, §3º, Inciso IX (prazo de**
31 **entrega de documentação na SEDS - 20/07/2017); 4) Apreciação e Deliberação do**
32 **Projeto da APAE, para pleito de recursos do FIA Estadual - Edital de Chamamento**
33 **Público nº 002/2017 - CEDCA/PR - Art. 5º, §3º, Inciso IX (prazo de entrega de**
34 **documentação na SEDS - 20/07/2017); 5) Apreciação e Deliberação de solicitação de**
35 **suplementação do recurso do FIA, referente à aquisição de computadores já**
36 **deliberados pelo CMDCA (Ofício nº 905/2017 de 13/07/2017 - SEASO); 6) Informes.**
37 Etelda Madsen - Assistente Social da Secretaria Executiva dos Conselhos/CMDCA confere
38 o quórum do momento, que é de 13 (treze) conselheiros de direitos. O Presidente coloca a
39 pauta com a inclusão em aprovação a qual é aprovada com 13 (treze) votos favoráveis. **2)**
40 **Apreciação e aprovação das justificativas de ausências:** Etelda faz a leitura das
41 justificativas de faltas da Guarda Mirim, através do Ofício nº 43 de 10 de julho de 2017,
42 relativa à Reunião Ordinária do dia 05/07, no qual menciona que por conflito de agendas,
43 as conselheiras titular e suplente estiveram em atividades relativas à aprendizagem em
44 reuniões externas; Relativa a Reunião do dia 05/07 o Recanto da Criança informando que
45 durante o mês de julho tanto a conselheira titular, como a suplente, não comparecerão
46 devido férias e outras questões que envolvem acolhimentos e audiências agendadas
47 durante o mês; do Núcleo Regional de Educação – NRE através do Ofício nº 218 de
48 14/07/2017 que justifica a ausência na Reunião desta data, porque os profissionais estão
49 participando de formação continuada em Curitiba – PR; Para a data de hoje a justificativa
50 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, da conselheira titular e de seu
51 suplente, devido estarem atendendo organizações da sociedade civil, frente ao
52 chamamento público de junho do corrente ano, com vistas a celebração de parcerias da
53 Secretaria com as Organizações da Sociedade Civil - OSC's; justificativa da Secretaria
54 Municipal Antidrogas – SEMAD - Ofício nº 08/2017 do dia 17/07/2017, justificando a
55 ausência nesta reunião devido o Evento Agenda 2030, na Gestão Pública e Empresarial,
56 no qual tiveram a obrigatoriedade de comparecer. As justificativas foram aprovadas por
57 unanimidade dos presentes. O Presidente passa para o item **3) Apreciação e Deliberação**
58 **do Projeto da APOFILAB, para pleito de recursos do FIA Estadual - Edital de**
59 **Chamamento Público nº 002/2017 - CEDCA/PR - Art. 5º, §3º, Inciso IX (prazo de**
60 **entrega de documentação na SEDS - 20/07/2017):** Etelda neste momento apresenta a
61 todos, com o uso de data show o Edital nº 02/2017 do Conselho Estadual dos Direitos da

62 Criança e do Adolescente – CEDCA, para que todos possam entender o motivo pelo qual
63 esta Reunião Extraordinária foi convocada, e o porquê do pedido da APOFILAB e da
64 APAE, que pleiteiam recursos do FIA Estadual. Etelda explica que a deliberação nº
65 02/2017 – CEDCA, não tem nada a ver com as deliberações que o CMDCA já discutiu nas
66 reuniões anteriores, aquelas deliberações discutidas eram de recursos vindos Fundo a
67 Fundo, do FIA Estadual para o FIA Municipal e o CMDCA, e para a aplicação dos recursos
68 já definidos pelo CEDCA para quais Programas e Serviços, sendo que como o recursos
69 entrará no Fundo Municipal, caberá ao CMDCA a abertura de chamamento público para as
70 OSC's e fazer todo o processo a nível municipal, porque o dinheiro entrou no FIA e quem
71 delibera sobre o fundo é o CMDCA, este edital não é Fundo a Fundo é do CEDCA
72 diretamente com as OSC's. A pauta desta reunião e com este prazo curto deve-se ao fato
73 de que no Edital são exigidos documentos expedidos pelo CMDCA - no Inciso IX diz assim:
74 “deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
75 atestando a inscrição da OSC no CMDCA e aprovando o mérito técnico da proposta”.
76 Etelda explica que quando esse Edital chegou ao conhecimento do CMDCA pelas OSC's
77 ela e a Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social – Assistente Social Francieli
78 Castelli Mocellin e o Fábio Tomasseto (conselheiro do CMDCA) que está na Comissão,
79 conversaram e já estudaram isso e o CMDCA não é órgão técnico e não cabe ao CMDCA
80 aprovar “*do ponto de vista técnico o mérito da proposta*”. Então foi aberta uma demanda
81 para o CEDCA porque esta análise técnica quem tem que fazer são os técnicos do órgão
82 gestor, no caso quem está fazendo o Chamamento Público, que é a Secretaria de Estado
83 da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e cabe a ela fazer este tipo de parecer
84 técnico. A resposta do CEDCA veio e disseram que o que eles querem do CMDCA, na sua
85 deliberação não é o parecer quanto ao “*mérito técnico da proposta*”, mas sim que o
86 CMDCA diga se a OSC está inscrita e habilitada junto ao Conselho e quanto ao segundo
87 item é que querem que o CMDCA ateste que o projeto apresentado pela OSC está em
88 conformidade com a inscrição de programa/ regime de atendimento que ela tem no
89 Conselho. Já adiantando, Etelda diz que a APOFILAB tem o registro e a inscrição de dois
90 regimes de atendimento conforme prevê o artigo 90 do ECA que são Apoio Sociofamiliar e
91 Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, que é o atendimento à crianças e adolescentes e a
92 APAE tem a inscrição para o regime de Apoio Sociofamiliar, atendimento à famílias e é a
93 isso que os Conselheiros de Direitos terão que analisar nos projetos. É preciso que todos
94 entendam estes pontos, para que sejam feitos os encaminhamentos, assim como caso
95 apareçam dúvidas elas serão discutidas durante a reunião do ponto de vista técnico,

96 porque hoje na reunião estão presentes vários técnicos que tem conhecimento do artigo 90
97 do ECA e poderão fazer esclarecimentos e subsidiar a análise e decisão da plenária. A
98 APOFILAB solicitou esta reunião de última hora porque as OSC's tem até o dia vinte de
99 julho para protocolar toda esta documentação na SEDS, no entanto tá estranho, porque na
100 lei nº 13.019 diz que a primeira coisa que tem que ser apresentada é o projeto e depois de
101 selecionadas as OSC's é que se dá um prazo para que elas apresentem a documentação,
102 só que a SEDS fez dessa forma e talvez depois todas as certidões negativas que foram
103 apresentadas neste momento tenham que ser reapresentados novamente se demorar, pois
104 têm prazo de validade. Etelda sugere que se alguma Organização não tiver algum
105 documento neste momento, poderá questionar e entrar com recurso, pois a lei não obriga
106 isso neste momento. Após estes esclarecimentos se dá inicio a apresentação do projeto da
107 APOFILAB, através de exposição da representante da equipe Silvana Aparecida Portes
108 Becker. Silvana cumprimenta a todos e diz que a APOFILAB já tinha uma necessidade
109 urgente e quando surgiu este Edital eles foram se informar para saber se realmente a
110 APOFILAB poderia participar, e a necessidade é muito grande da contratação de um
111 profissional de fonoaudiologia e como o Edital permite a contratação de pessoal e além do
112 salário todos os encargos e multa rescisória, veio bem de encontro com uma necessidade
113 grande da entidade. O fato de contemplar por vinte e quatro meses é um grande benefício
114 da proposta. Diz que a APOFILAB pretende fazer uso deste recurso e o projeto foi discutido
115 pela equipe da Entidade e traz o anseio do grupo todo, o qual conta com trinta e dois
116 profissionais cedidos pela Prefeitura e quatro pelo Estado, através de convênio. A proposta
117 da APOFILAB vem no sentido de contratar um profissional de fonoaudiologia para atuar por
118 trinta horas na entidade pelo período de dois anos. Silvana apresenta o resumo da
119 proposta com uso de Data Show e comenta que a conta bancária para receber o recurso
120 será aberta, somente se a proposta for contemplada. Fala que o Presidente da entidade é o
121 Sr. Marcelo Barroso da Silva, a Coordenadora do Projeto responsável pela Proposta é a
122 Sra. Sonia Maria Jimenez, que também é a Diretora da APOFILAB. O nome do projeto é
123 "APOFILAB Promovendo Sorrisos"; o público alvo é de cento e setenta e cinco crianças e
124 adolescentes, todos portadores de fissura labiopalatal ou má formação de crânio e de face,
125 faz a leitura da Síntese do Plano de Trabalho, A APOFILAB é a Associação de Portadores
126 de Fissura Lábio Palatal de Cascavel, fundada há 25 anos, por um grupo de pais com o
127 cujo objetivo é de atender as necessidades emergenciais para a reabilitação destes, que
128 nasceram com fissura labiopalatal e/ou com má formação craniofacial. É uma Organização
129 da Sociedade Civil, sem fins econômicos, destinada a prestar assistência gratuita às

130 pessoas com Fissura Lábio Palatal e/ou má formação craniofacial. Para atingir suas
131 finalidades a Entidade conta com uma equipe multiprofissional que atua conjuntamente
132 com a Rede Socioassistencial e Intersetorial através dos programas de Apoio
133 Socioeducativo em Meio Aberto com atividades desenvolvidas no Contraturno Escolar e no
134 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como no Apoio Sociofamiliar.
135 Desse modo são desenvolvidas atividades individuais e coletivas com foco na inclusão
136 social e educacional das crianças e adolescentes através da atuação conjunta dos
137 profissionais de assistência social, psicologia e fonoaudiologia, sendo este último o
138 profissional solicitado nesse projeto. Para a concretização das ações anteriormente
139 descritas, a atuação do profissional de fonoaudiologia direciona-se para a análise e
140 compreensão da situação dos usuários atendidos, no sentido de diagnosticar a realidade. A
141 participação desse profissional na APOFILAB torna-se efetiva nas ações características de
142 atendimento que possibilitem a inclusão social das crianças e adolescentes e suas famílias
143 em ações para o empoderamento dos mesmos com vistas ao protagonismo na defesa dos
144 seus direitos de cidadania. Na APOFILAB esse profissional desenvolverá ações de
145 acolhida aos usuários e suas famílias como: aconselhamento a gestantes, atendimento do
146 caso novo, orientações, referenciamento e contrarreferenciamento, entrevistas, visitas
147 hospitalares e domiciliares, articulações institucionais, atividades socioeducativas, grupos
148 de mães/ familiares, levantamento de demanda na sala de espera, palestras internas e
149 externas. Diante do exposto e a partir do Edital nº 002/2017 SEDS/CEDCA de
150 chamamento público para as OSC's, na área de atuação VII – ações educacionais e de
151 assistência social, a presente proposta visa custear a despesa de contratação de um
152 profissional fonoaudiologia com trinta horas semanais para atuação na APOFILAB
153 compondo a equipe multiprofissional que atende as cento e setenta e cinco crianças e
154 adolescentes com fissura lábio palatal e/ou má formação craniofacial. Maria Tereza Chaves
155 – Assistente Social da Entidade informa que a Entidade tinha um fonoaudiólogo que era
156 dividido com o Centro de Atendimento Especializado a Criança – CEACRI, mas devido a
157 grande necessidade no CEACRI o fonoaudiólogo começou atender somente lá. Silvana
158 comenta que até meados do ano de dois mil e dezesseis eles ainda tinham um
159 fonoaudiólogo, porém eram somente quinze horas semanais e a profissional nunca
160 conseguia atender a demanda, e desde junho de dois mil e dezesseis a APOFILAB está
161 sem este profissional e a necessidade é urgente porque é um atendimento que é realizado
162 de forma conjunta. Esclarece que o referido atendimento não é clínico é um atendimento
163 que auxilia todos os outros profissionais e dá um norte para a família, quanto ao grau de

164 gravidade na deficiência da fala Diante disso, muitas famílias procuram um atendimento
165 complementar, porque o atendimento na entidade visa auxiliar no sucesso na Escola, à
166 inclusão social da criança que por não falar corretamente, ter a voz anasalada ou “fanha”
167 como é popularmente conhecida, acaba tendo prejuízo social e um problema gravíssimo de
168 autoestima, então é nesse viés que vai atuar o fonoaudiólogo, trabalhando conjuntamente
169 com psicólogo e assistente social. O Presidente Valdair pergunta se existe mais alguma
170 contribuição ou questionamento e aproveita para dizer que realmente este profissional é
171 muito necessário para compor a equipe multiprofissional, pelos problemas que estas
172 crianças e adolescentes tem, e que os prejuízos para eles são muito grandes, quando não
173 se tem este acompanhamento e diz que fala isso por experiência própria, porque a sua
174 própria filha não teve estes atendimentos e sofreu muito depois para poder aprender. Diz
175 que hoje a sua filha leva uma vida normal, mais sofreu muito na infância por falta de
176 conhecimento quando ela era criança, da necessidade deste acompanhamento com
177 fonoaudiólogo. Enfatiza que realmente é uma necessidade da entidade em relação ao
178 número de atendidos que é de cento e setenta e cinco pessoas, pois é um número bem
179 elevado e é preciso que todos torçam muito para que a entidade seja contemplada. O
180 Conselheiro Maurício Mariano Fontes questiona qual é a relação do curso de
181 fonoaudiologia da Faculdade Assis Gurgacz - FAG com a APOFILAB, e a Sr.^a Juliana Klein
182 Psicóloga da Entidade fala que existem alguns estagiários e que foi fechada uma parceria o
183 que contribuiu para a realização de alguns exames auditivos lá na FAG, só que as crianças
184 da APOFILAB necessitam de um acompanhamento contínuo e a APOFILAB acaba sendo
185 um centro de estudos nessas questões da fissura, da voz e da própria audição e tendo um
186 profissional na entidade abre a possibilidade da participação de mais estagiários de
187 fonoaudiologia da Faculdade Assis Gurgacz – FAG, onde terão um aprendizado prático e
188 poderão conhecer a realidade da fissura, que é a mesma coisa que acontece com a
189 psicologia, pois somente o estágio não dá conta. A Entidade precisa de um profissional que
190 estude a fissura e conheça as especificidades, para trabalhar com as crianças e apoiar e
191 supervisionar quem está fazendo o estágio. Maria Tereza comenta que nas semanas
192 acadêmicas da FAG a Entidade sempre participa, enriquecendo o trabalho dos
193 fonoaudiólogos da FAG. A Sr.^a Sônia Maria Jimenez - Diretora da APOFILAB, comenta que
194 a entidade prepara os profissionais, no caso o fonoaudiólogo, através de cursos e
195 capacitação na cidade de Bauru – SP e em Curitiba – PR, onde estão os Centros de
196 Referência para poderem atender esta demanda específica, porque mesmo sendo um
197 profissional formado, muitas vezes ele desconhece como trabalhar com uma criança com

198 fissura, porque o tratamento precisa ser mais específico naquela área, e o profissional
199 capacitado poderá auxiliar os outros profissionais advindos de escolas, universidades
200 porque o profissional será preparado na prática e com técnicas próprias para isto. Etelda
201 explica para o Sr. Maurício que para que uma entidade possa ter estagiários ela
202 obrigatoriamente tem que ter um profissional formado naquela área para supervisionar os
203 estagiários e se na entidade não tiver um fonoaudiólogo ela nem poderá ter os estagiários,
204 diante da exigência legal. Maurício questiona qual será a forma utilizada e exigências pela
205 entidade para a contratação deste fonoaudiólogo. Silvana diz a vaga é divulgada, que
206 normalmente é feita uma análise de currículo e entrevista e a equipe da administração faz a
207 avaliação juntamente com a psicóloga Juliana que é contratada, e o salário dela é pago
208 parte com recurso próprio e parte pelo termo de colaboração que a entidade tem com a
209 Prefeitura. A Sr.^a Maristela Becker Miranda sugere que a vaga seja aberta pela Agência do
210 Trabalhador porque a divulgação da vaga será mais ampla, e entra nos indicadores de
211 contratação no Município de Cascavel, o que ela considera ser muito importante. O Sr.
212 Valdemar Donega questiona qual é a integração da APOFILAB com o Centro de Atenção e
213 Pesquisa em Anomalia Craniofacial – CEAPAC de Cascavel que funciona junto ao Hospital
214 Universitário de Cascavel – HU. A Diretora da APOFILAB diz que a entidade trabalha junto
215 com o CEAPAC e que são trabalhos diferentes, pois o CEAPAC é um Centro de
216 Especialidades de alta complexidade, para a realização de cirurgias de alta complexidade e
217 acompanhamento mais complexo e a APOFILAB trabalha mais nas questões de
218 atendimentos e encaminhamentos, e a porta de entrada sempre foi pela APOFILAB.
219 Comenta que atualmente existe o Centro de Atendimento Especializado em Bauru – SP,
220 que há cinquenta e seis anos iniciou esse trabalho no Brasil, até o ano de dois mil e quatro
221 todos os pacientes que iniciaram o tratamento lá continuaram lá, e depois de dois mil e
222 quatro, quando se iniciou o trabalho no Paraná no Centro de Atendimento Integral ao
223 Fissurado Labiopalatal – CAIF em Curitiba, todos os nascidos de dois mil e quatro até hoje,
224 foram e são encaminhados para Curitiba. Fala que o CEAPAC aqui em Cascavel ainda
225 está em processo de credenciamento e que ainda não está completamente credenciado ao
226 Sistema Único de Saúde – SUS, porque é preciso que se comece o tratamento e é
227 necessário o término de cinco tratamentos, para se tornar excelência em tratamento e aí
228 sim as crianças nascidas a partir desta data vão ficar neste local de tratamento, porque
229 existe um protocolo de tratamento que o paciente tem que começar e terminar o tratamento
230 naquele local onde ele iniciou. Como o tratamento é longo, ele não termina com uma ou
231 duas cirurgias, alguns passam por dez, vinte e existem casos que passaram por trinta e

232 três cirurgias. O tratamento geralmente termina na faixa etária de vinte a vinte e cinco anos
233 ou até mesmo com mais idade, pois isso depende da complexidade de cada caso.
234 Atualmente a APOFILAB faz encaminhamentos para o CEAPAC principalmente para a
235 área de odontologia, que é onde eles estão atuando com mais força e quanto as cirurgias
236 ainda estão mais devagar, porque eles ainda estão aprendendo a fazer as cirurgias porque
237 existem técnicas específicas para isso, e por isso o credenciamento é tão demorado. O Sr.
238 Valdemar diz conhecer muito bem a história, mas acha que se está encaminhando o
239 mesmo serviço para dois lugares e acha que a APOFILAB deveria usar mais a estrutura do
240 CEAPAC em benefício de todos. Sônia diz que a estrutura é usada, mas acha que o Sr.
241 Valdemar não está entendendo o processo, porque é uma necessidade se ter o profissional
242 na entidade para que ele possa até encaminhar e orientar, porque o trabalho é
243 multidisciplinar, quando se trabalha a saúde, assistência social e educação de forma
244 conjunta e que envolvem este profissional e este é um trabalho que eles lá no CEAPAC
245 não irão desenvolver e inclusive não é o trabalho deles. A psicóloga Juliana diz que existe
246 uma questão bem interessante com a fissura, que ela é uma deficiência transitória, que não
247 afeta tanto outras questões da vida, e que não se vê toda a complexidade que está em
248 volta dela. A pessoa com a fissura precisa do tratamento de saúde, mas existe uma série
249 de carências que fica em volta disso, não só do indivíduo que possui a fissura, mas a
250 família é muito afetada social e emocionalmente, e então o maior foco da APOFILAB é
251 fortalecer esta família, fortalecer o indivíduo e apoiar, porque o mesmo irá passar por várias
252 cirurgias e é preciso fazer que ele e a família se conscientizem de que essas cirurgias são
253 importantes e necessárias. É preciso que se conscientizem da importância de ir ao
254 fonoaudiólogo e o vínculo com o CEAPAC. A APOFILAB faz o encaminhamento para o
255 tratamento no CEAPAC, no entanto o atendimento da APOFILAB não se esgota com este
256 encaminhamento, pois a Entidade continua o acompanhamento das famílias, para que eles
257 não percam o dia de cirurgia, e não se esqueçam da importância que é cuidar dos dentes
258 desta criança e das etapas do tratamento. Diz que o papel da APOFILAB é de apoio
259 durante todo o processo, antes do tratamento, durante e até após em muitos casos. Silvana
260 acrescenta que o papel é andar do lado, e que o CEAPAC e a APOFILAB, não são
261 concorrentes e isso precisa ficar bem claro. O CEAPAC veio para complementar o trabalho
262 da Associação, especificamente na defesa e garantia de direitos, e quando a APOFILAB
263 está atendendo uma criança com a fonoaudióloga, não está realizando um atendimento de
264 saúde e sim garantindo o direito dessa criança de não ficar “fanha” quando estiver numa
265 determinada idade, em que ela não vai conseguir se relacionar é ter dificuldades devido a

266 deficiência que ela tem na escola, porque ela não ergue o dedo para perguntar pra
267 professora dizendo que não entendeu algo, porque ela tem vergonha de falar. Muitas vezes
268 a criança tá ouvindo mal e perde a audição de tanta otite que ela teve, a APOFILAB
269 encaminha para fazer exames, pois em muitas situações a família não teria condições de
270 pagar e o mais importante é que não existem filas para atendimento, porque a entidade
271 encaminha com uma agilidade muito grande, e dá pra ver que o CEAPAC e a APOFILAB
272 podem complementar uma a outra, e é isso que se tem tentado fazer encaminhando as
273 crianças para lá, inclusive para a fonoaudióloga porque agora não se tem mais na entidade.
274 Porém não se dá conta da demanda que é muito grande, comenta que a entidade atende
275 Cascavel e mais sessenta municípios da região. A visitante da APAE Sr.^a Dorli Aparecida
276 de França comenta que conhece a situação da APOFILAB e da APAE e que sabe que
277 esses profissionais também atuam na inclusão escolar e social, pois ocorre a mesma
278 situação na APAE. Diz que na APAE eles orientam muito nas escolas e quando não se tem
279 um profissional junto muitas vezes ficam meio desorientadas e muitas vezes não
280 conseguem fazer as orientações. Silvana diz que a profissional acompanha até na visita
281 escolar e domiciliar quando a família tem muita resistência e foge do tratamento e é muito
282 comum toda a equipe ir à casa para fazer o convencimento desta família antes de se
283 chegar ao ponto de ter que mandar ao Conselho Tutelar ou acionar via judicial, porque
284 existem muitas famílias que são muito resistentes ao tratamento. Maria Tereza acrescenta
285 que já foi esclarecido que a entidade realmente precisa de um fonoaudiólogo, e quem
286 conhece sabe que a entidade não foca só no fonoaudiólogo, ou no pedagógico, e sim no
287 acompanhamento geral das crianças, porque muitos pais não levam as crianças em um
288 fonoaudiólogo por não terem tempo, então a Entidade vai até os CMEI's e investiga qual é
289 a dificuldade de cada criança, e a entidade tem um plano de tratamento para cada um, um
290 plano de trabalho para cada profissional da Entidade. Fala que no geral a APOFILAB não
291 realiza um tratamento de saúde, mas é de saúde, porque a saúde geral da criança afeta os
292 aspectos de sua vida social e sua condição emocional. Silvana diz que este é um direito
293 adquirido, mas não garantido, e que a Entidade entra para garantir este direito, com o
294 trabalho deste grupo de profissionais, para que esta criança tenha estes atendimentos.
295 Clarifica que menos de trinta por cento das crianças tem famílias com uma estrutura
296 minimamente razoável e a consciência da importância do tratamento, e que setenta por
297 cento das famílias tem esta equipe presente, ligando e acompanhando para levarem a
298 criança em um hospital, porque senão a criança perde as etapas do tratamento, perde
299 cirurgia fato inaceitável e que vai gerar sim prejuízos para as crianças e adolescentes,

300 porque o tratamento é gratuito e não há fila de espera, mas mesmo assim tem família que
301 não leva e negligência. O profissional fonoaudiólogo é importantíssimo para suprir esta
302 necessidade. Maurício pergunta sobre o tempo de dois anos de contrato e Silvana diz que
303 foram feitos os cálculos para dois anos porque o Edital permite vinte e quatro meses,
304 porque se o edital fosse para doze meses mesmo assim a Entidade iria “abraçar os doze”,
305 porque é importante e necessário ter este profissional, que hoje faz falta na equipe. Sônia
306 completa dizendo que somente os cem mil não são suficientes, mas a diferença é a
307 entidade que vai custear com recursos próprios depois. O Conselheiro Tutelar Gustavo
308 pergunta se em caso de negligência total dos pais a entidade acionaria o Conselho Tutelar.
309 Silvana diz que em último caso sim, porque a Entidade faz tudo o que é possível para que
310 seja somente acionado em última instância porque é um trauma muito grande para a
311 criança passar por tudo isso, porque em algumas situações os pais podem descontar a sua
312 raiva na criança. Etelda explica para o Sr. Maurício que sobre a questão de prazo para a
313 aplicação dos recursos no Projeto, está definido no Edital de Chamamento Público que o
314 Estado publicou, e existe a previsão de prorrogação. Este prazo estendido, maior de um
315 ano, a Lei nº 13.019 prevê, no entanto também prevê outras questões, como que seja feita
316 uma pesquisa de satisfação dos usuários atendidos para avaliar a execução do Projeto,
317 que ocorre no processo de monitoramento e avaliação. Silvana diz que o valor integral de
318 cem mil reais será usado e a entidade vai complementar mais vinte mil e trezentos reais,
319 contra partida por decisão própria, pois não pode ser exigida pelo Edital, no entanto é
320 necessário este complemento, e a APOFILAB tem conhecimento desta necessidade. Maria
321 Tereza diz que o salário que vai ser pago, será o salário base da Prefeitura Municipal de
322 Cascavel e Silvana fala que tem uma planilha feita pelo contador da Entidade com todos os
323 cálculos e o valor total com todos os encargos e a rescisão de contrato, considerando o
324 contrato por dois anos, cujo valor total ficou em cento e vinte mil reais e de trezentos reais,
325 sendo cem mil do projeto e o restante será complementado pela Entidade. Diz que o Edital
326 não solicita declaração de contrapartida como em outros editais que a entidade já
327 participou, como exemplo cita o Criança Esperança, no qual foi preciso ter uma planilha
328 específica somente para contrapartida, mas neste edital em nenhum momento é solicitada
329 a contra partida da entidade no projeto. Etelda explica que a contrapartida nem pode ser
330 solicitada, pois a Lei nº 13.019 proíbe a exigência de contrapartida e esclarece que isso
331 tem que ser deixado bem claro no projeto, de que não é contrapartida. Silvana fala que
332 colocaram no plano somente que os cem mil serão utilizados para o pagamento do salário
333 e de encargos trabalhistas do profissional de fonoaudiologia e não colocaram nada sobre a

334 parte que vai ser complementada pela entidade. Comenta que este Edital permite muitas
335 coisas, e que leram várias vezes porque não acreditavam, porque existem editais que
336 permitem o pagamento de salário e não dos encargos. Etelda comenta que a lei anterior
337 proibia pagamento de folha e a lei atual prevê pagamento de folha o que foi um avanço
338 para as Organizações. Valdair fala que o projeto foi apresentado e foi bem esclarecido
339 sobre a necessidade de contratação do profissional de fonoaudiologia e acha que não tem
340 motivo para o CMDCA deixar de lutar por este recurso juntamente com a entidade, e diante
341 disso coloca em aprovação o Projeto da APOFILAB, o qual é aprovado com 15 (quinze)
342 votos favoráveis. O Presidente passa para a pauta **4) Apreciação e Deliberação do**
343 **Projeto da APAE, para pleito de recursos do FIA Estadual - Edital de Chamamento**
344 **Público nº 002/2017 - CEDCA/PR - Art. 5º, §3º, Inciso IX (prazo de entrega de**
345 **documentação na SEDS - 20/07/2017):** Jozeane Martinha de Lima Dufail do
346 Departamento de Projetos da APAE faz a apresentação do Projeto com o seguinte nome,
347 com a exposição, através de slides com o uso de data show: “*APAE de Cascavel: locus de*
348 *acolhimento por meio de Tecnologia Assistiva*”. Fala que no Capítulo I do Edital nº
349 002/2017 o art. 1º prevê a execução de projetos de ações voltados à prevenção,
350 promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do
351 Paraná. Comenta que a APAE se enquadra nessa questão no sentido do processo de
352 inclusão com uma acolhida mais humanizada às famílias de crianças e adolescentes, além
353 de atender também jovens, adultos e idosos que nestes grupos não serão contemplados,
354 pois o Edital não permite. Clarifica sobre as propostas do § 2º - As propostas destinadas à
355 consecução do objeto descrito no caput deverão enquadrar-se em uma das seguintes
356 áreas de atuação: I – enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes; II –
357 erradicação do trabalho infantil; III – promoção e garantia de acesso à saúde, à cultura, ao
358 esporte e ao lazer; IV – combate ao uso de substâncias psicoativas; V – fortalecimento de
359 vínculos familiares para crianças e adolescentes internados por motivo de saúde; VI –
360 garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua; VII – ações
361 educacionais e de assistência social. Sobre a caracterização do Projeto, Martinha diz que a
362 aplicação do recurso é para a Unidade da APAE de Cascavel: Locus de Acolhimento por
363 meio de Tecnologia Assistiva”, e esclarece e conceitua - local de execução, *locus* – lugar
364 em sua gênese (latim) reação (outro/eu) frente a um lugar (Psic.), acolhimento – processo
365 global em defesa da garantia de direitos básicos da criança e do adolescente com
366 deficiência e Tecnologia Assistiva Conceito de instrumento, vida independente e inclusão.
367 A APAE se propõe em fazer esta acolhida dos pais, porque nenhum pai está preparado

368 para receber uma criança com necessidades especiais. Diz que este acolhimento é um
369 processo global que vai envolver a garantia e defesa de direitos, onde a criança tem direito
370 ao tratamento, tem direito de ser escolarizado, ao lazer e a cultura e não é por ser
371 deficiente que será segregado o seu direito e sua condição humana, porque criança e
372 adolescente são prioridade. Explica que tecnologia assistiva pode ser comparada com uma
373 bengala, porque serve para o usuário e não para o terapeuta, e a tecnologia asssitiva que
374 estão pleiteando é para a família fazer uso em conjunto com a criança e o adolescente,
375 pois é uma ferramenta que será utilizada para o desenvolvimento do usuário, não é para o
376 terapeuta, assistente social, muito menos para o setor da educação e para o
377 desenvolvimento da criança e adolescente assistida pelos profissionais. Comenta que a
378 entidade se enquadra no recurso porque atende mais de mais de 70 (setenta) crianças e
379 adolescentes e o valor requisitado é de cem mil reais. Lê a Setorização de Quantitativos,
380 Serviço Social de Orientação e Apoio Sociofamiliar - 953 (novecentos e cinquenta e três
381 atendimentos/mês; Projeto de Inclusão: 120 (cento e vinte) famílias cadastradas.
382 Quantitativo de 229 (duzentos e vinte e nove) crianças e adolescentes atendidos/mês.
383 Saúde 4.750 (quatro mil e setecentos e cinquenta mil) atendimentos ao mês. Quantitativo
384 de 387 (trezentos e oitenta e sete) crianças e adolescentes atendidos/mês. Educação 440
385 (quatrocentos e quarenta) alunos de Educação Básica na Modalidade Educação Especial.
386 Quantitativo de 196 (cento e noventa e seis) crianças e adolescentes, e explica que o total
387 quantitativo foi separado porque a APAE atende nestes três segmentos um total de 812
388 (oitocentos e doze) crianças e adolescentes, com possibilidade de ampliação. Comenta
389 que essa possibilidade de ampliação acontece porque o atendimento sociofamiliar é
390 rotativo. O público alvo do projeto é 812 (oitocentos e doze) crianças e adolescentes
391 atendidas pelos serviços da APAE de Cascavel e a necessidade da entidade é de
392 equipamentos que possam promover o acolhimento das famílias, sendo que ao mesmo
393 tempo garantirá a ampliação da eficácia dos atendimentos prestados pela APAE de
394 Cascavel às pessoas com deficiência, com a busca da garantia de desenvolvimento
395 humano, assim como da melhora significativa da evolução de habilidades. Relata que
396 quanto mais estimulada é a criança em parceria com a família, mais ela se desenvolverá,
397 porque somente o tempo que ela passa na instituição não é suficiente, e a família também
398 precisa dar continuidade no processo em casa. Sobre o equipamento que está sendo
399 pleiteado pela APAE, esclarece que é um equipamento que dá a possibilidade de trabalho
400 multidisciplinar com melhora da qualidade de vida da criança e do adolescente com
401 Síndrome de Down, Transtorno de Espectro Autista, Síndrome de Asperger, Síndrome de

402 Stuger Weber, Síndrome de Cornélio de Lange, Síndrome de Pierre Robin, Deficiência no
403 DNPM - desenvolvimento neuropsicomotor (Deficiência Intelectual), Síndrome de West,
404 Deficiência Múltipla, Síndrome de Sotos, Síndrome de Williams, Microcefalia por Zica Vírus.
405 O equipamento é chamado de “Playtable”, exclusivo do Brasil, criado e produzido em
406 Blumenau/SC, tem o formato de um tablet gigante, surgiu pela necessidade de interação
407 social e compartilhamento de equipamento. A utilização do Playtable visa a inclusão da
408 família no processo de atendimento de seus filhos na APAE, pois muitas vezes a família
409 vem trazer uma criança para fazer uma terapia e traz um irmão junto e neste local de
410 espera até a hora de atendimento pode haver este trabalho de inclusão e com a família que
411 aguarda o tratamento de seu familiar. Fala que a tecnologia utilizada é de Infrared Touch
412 Screen Technology onde o toque pode ser ativado por qualquer coisa, incluindo luvas,
413 feltro, com o uso de qualquer membro, o que facilita a acessibilidade além da possibilidade
414 da Playtable ser apoiada em quatro pés na mesinha ou adaptado na parede. O objetivo
415 geral da aquisição do equipamento é fortalecer a relação entre a escola, a família e a
416 comunidade, por meio da instrumentalização tecnológica de acolhimento aos filhos
417 (crianças e adolescentes) das mais de 550 (quinhentas e cinquenta) famílias atendidas,
418 que engloba o apoio sociofamiliar da APAE de Cascavel, garantindo o desenvolvimento
419 físico, motor, cognitivo, psicossocial de crianças e adolescentes, haja vista a prevenção, o
420 resgate social e o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos para maior qualidade
421 de vida da pessoa com deficiência, com sensibilidade sob o viés da inclusão social e da
422 cidadania. Martinha comenta que não são só os filhos abastados de famílias abastadas que
423 devem ter acesso e o direito à uma tecnologia de ponta e que a tecnologia assistiva será
424 realizada nos seguintes espaços físicos da Entidade: Sala 1 – Brinquedoteca com
425 Equipamento de Tecnologia Assistiva – BETA – em anexo à sala de espera na entrada
426 frontal da Entidade com acesso pela Rua Manaus. Neste local, das 7h15min às 12h e das
427 13h às 18h10min há fluxo constante de pais que aguardam com os filhos para serem
428 atendidos, seja pela equipe pedagógica, seja pela equipe das terapias (Fisioterapia,
429 Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional), seja pelo Programa de Orientação e
430 Apoio Sociofamiliar e Programa de Promoção da Defesa de Direitos. Sala 2 - Sala com
431 Recursos Multifuncionais para Comunicação Alternativa e Ampliada com Equipamento de
432 Tecnologia Assistiva para a Escola de Educação Básica na Modalidade Educação Especial
433 Luiz Pasternak (1º Ciclo). Sala 3 - Sala com Recursos Multifuncionais para Comunicação
434 Alternativa e Ampliada com Equipamento de Tecnologia Assistiva para a Escola de
435 Educação Básica na Modalidade Educação Especial Valéria Meneguel (2º Ciclo). Sala 4 –

436 Sala com Recursos Multifuncionais para Comunicação Alternativa e Ampliada com
437 Equipamento de Tecnologia Assistiva para o Projeto Transtorno Espectro Autista –
438 PROTEA. Sala 5 - Integração Sensorial e Integração Sensorial Intensiva. Sala 6 -
439 Pediasuit. A terapeuta ocupacional da APAE Àgathe de Castro comenta que no Pediasuit a
440 criança fica suspensa e acompanhada de uma profissional, onde é trabalhado o
441 fortalecimento de tronco, abdômen, cabeça e a amplitude de movimentos, diz que com o
442 equipamento vai ser possível se trabalhar com muitas coisas como as Atividades de Vida
443 Diária – AVD. Diz que o foco principal é o acolhimento da família, mas direcionar também
444 para o foco das terapias também seria muito interessante. Martinha comenta que o bom é a
445 interação da família na APAE, pois o local não é um depósito onde se deixam os filhos para
446 ir ao mercado fazer compras, é preciso que a família acompanhe e assim a profissional vai
447 dizer “olha mãe é assim que você tem que fazer em casa”. A Assistente Social Jandira de
448 Jesus Silva acrescenta ainda, que a mãe tem que dar uma importância maior para as
449 terapias continuadas, para qualificar o resultado e quando ela torna a terapia prazerosa
450 para a criança, o estímulo para a mãe participar da terapia vem da criança. Dorli Aparecida
451 de França também Assistente Social da APAE, explica que o objetivo de todo este projeto,
452 sendo destinado a utilização nos espaços de atendimento da assistência social, saúde e
453 educação, é porque existem muitos alunos com mais comprometimento cognitivo e motor
454 que são chamados de acamados e os recursos que a APAE tem de tecnologia que são os
455 tablets e a lousa digital não dá acesso à eles para que se possa ter a noção do que eles
456 aprenderam e não aprenderam e muitas vezes quando a família é chamada, nem mesmo
457 ela consegue dar a resposta. Com a aquisição deste equipamento será possível atender as
458 necessidades dos alunos mais comprometidos, porque a tela é maior e a acessibilidade é
459 melhor, pois muitos alunos tem o movimento motor já muito comprometido e com este
460 equipamento é possível utilizar um pincel ou uma caneta para o aluno fazer esta interação
461 com o material. Comenta que as vezes na entidade é possível detectar que a criança se
462 desenvolveu, no entanto a família não percebe e não acredita quando são comunicados,
463 porque os profissionais investem na criança e com este material é possível mostrar esse
464 desenvolvimento para as famílias. Comenta que muitas famílias compraram tablets para
465 seus filhos depois que a APAE começou a usar, fato que mostrou que a criança tem
466 condição de usar um tablet, por mais que a mesma seja agitada ou tenha algum
467 comprometimento motor, ela pode usar sim um tablet. Leoni Aldete Preste Naldino,
468 pergunta se não existe participação da família no desenvolvimento da criança e Dorli fala
469 que a família participa, mas não diariamente e muitas famílias são negligentes. Comenta

470 que existem muitos casos em que a APAE tem que encaminhar ao Conselho Tutelar, para
471 que a família “acorde” e tenha ciência que devido a sua negligência esta criança pode ser
472 tirada do seu contexto familiar e não obter o desenvolvimento que através do atendimento
473 da Entidade seria possível. Maurício Mariano pergunta se esta tecnologia é recente e
474 Martinha responde que sim e está sendo usada em três unidades da APAE de Santa
475 Catarina. Que esta tecnologia surgiu de uma ideia geniosa, observado as crianças brigando
476 para utilizarem o mesmo tablet, então surgiu a ideia de criar um equipamento maior para
477 que brincassem juntas. Comenta que receberam relatórios das outras APAES quanto ao
478 aproveitamento e aplicabilidade do equipamento, com o resultado de um estudo feito, com
479 resultado de que o mesmo tem apresentado bons resultados no uso coletivo. Dorli
480 acrescenta que são ferramentas e instrumentos para complementar o trabalho já feito. Diz
481 que não é possível desassociar a criança da família e que a APAE trabalha muito o
482 fortalecimento destes vínculos. Para finalizar a apresentação do projeto, Martinha cita a
483 seguinte frase: “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis.
484 Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.” (Radabaugh,
485 1993). O Presidente Valdair pergunta qual é o valor dos equipamentos e o Sr. Evilásio diz
486 que foi orçado em R\$ 99.954,00 (noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e quatro
487 reais). Valdair fala que agora é preciso que se faça a análise do projeto em consonância
488 com a inscrição que a APAE tem no CMDCA, porque pode acontecer do projeto ir pro
489 CEDCA e a inscrição que a APAE tem hoje no CMDCA não esta referenciada para o
490 atendimento as crianças e sim as famílias. Comenta que observa que a APAE atende
491 crianças e questiona qual o motivo para que a APAE ainda não tenha a inscrição no
492 CMDCA para o fortalecimento de vínculos e acha que é uma necessidade que a APAE
493 tenha esta inscrição, para poder estar se garantindo em situações como estas. Diz que
494 tecnicamente não entende o motivo, mais abre o espaço para os técnicos que estão
495 presentes se manifestarem, para que se possa dar um parecer baseado na inscrição que a
496 APAE tem no CMDCA. Lucimaira Cabreira questiona se depois de todo este procedimento
497 será feita uma prestação de compras para o CEDCA sobre as atividades que foram
498 realizadas e como foram realizadas, Martinha diz que sim e que dentro do plano de
499 execução tem a metodologia de avaliação. Lucimaira diz que está só frisando isso para que
500 se tome o cuidado porque a inscrição no CMDCA é feita exclusivamente para o
501 atendimento de famílias, mas não necessariamente a ação é destinada para o público
502 familiar. Fala que é preciso tomar cuidado porque nos serviços é sempre considerado o
503 contexto familiar, mas entre considerar e destinar para uma intervenção mais dirigida é

504 diferente e no caso se tem uma inscrição que tem a família como centro e se considera a
505 família no processo, mas no CEDCA a ação é dirigida para a criança e não para a família.
506 Martinha comenta que aconteceu uma “Webcasting” no dia 07 de julho onde foi aberto
507 espaço para questionamentos e ela perguntou se considerando que a APAE de Cascavel
508 tem uma inscrição no CMDCA em regime de apoio sócio familiar ela se enquadraria nos
509 requisitos para participar, e a resposta foi que se enquadra e está no último item do edital,
510 que entraria em ações educacionais e de assistência social. O departamento de projetos
511 também enviou um e-mail fazendo o mesmo questionamento e a resposta foi a mesma, de
512 que a entidade se enquadra. Maria Tereza Chaves comenta que não existem dúvidas que
513 a APAE realiza o trabalho e muito bem, mas acha que só existe a dúvida quanto ao regime
514 de apoio sociofamiliar, contudo se já foi consultado e falaram que está tudo bem, sugere
515 que de imediato a entidade consiga a inscrição de apoio socioeducativo em meio aberto,
516 porque eles já realizam o trabalho, só não estão inscritos. Etelda comenta que é preciso
517 que se tome cuidado quanto a descrição do público atendido no Projeto, e que se faça uma
518 revisão no projeto em relação a este aspecto ou já solicitar um pedido de revisão na
519 inscrição no CMDCA, pois na inscrição do CMDCA está que são atendidas 80 (oitenta)
520 famílias e na apresentação do projeto ela ouviu o tempo inteiro 120 (cento e vinte) famílias
521 e questiona o porquê desta discrepância. Fala que apoio sociofamiliar é para 80 (oitenta)
522 famílias e no projeto 120 (cento e vinte). Comenta ainda que o apoio socioeducativo em
523 meio aberto todos sabem que a APAE realiza, realizando aula de coral, musicalização e
524 ações que são de apoio socioeducativo em meio aberto e acha que a APAE já poderia ter
525 um segundo regime inscrito, inclusive para poder pleitear mais recursos, e comenta que a
526 sua preocupação é que o CMDCA terá que colocar na declaração qual é o regime de
527 atendimento que a APAE está inscrita e qual a capacidade de atendimento e no projeto o
528 número de famílias é maior, e sugere que para que não ocorram incongruências que se
529 coloque a capacidade no projeto de acordo com a capacidade de atendimento inscrita no
530 CMDCA, com a providência imediata de regularização da ampliação de capacidade de
531 atendimento neste momento apresentada, com a revisão do plano, assim como que dê
532 entrada com protocolo de pedido no CMDCA do regime de atendimento de apoio
533 socioeducativo em meio aberto, onde a preponderância é a criança e o adolescente. Dorli
534 diz que a inscrição da entidade foi validada este ano com 120 (cento e vinte) famílias,
535 Etelda diz que pode estar equivocada, mas não recorda desta ampliação para 120 (cento e
536 vinte) famílias. Ficou de verificar e entrar em contato caso seja preciso fazer alguma
537 alteração. Maria Tereza fala que Martinha consultou o CEDCA e o CEDCA falou que a

538 entidade se enquadra e comenta que dentro do CEDCA tem uma comissão de técnicos da
539 Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, e se estes técnicos disseram que
540 pode sugere que se pactue agora com a entidade que imediatamente ela faça o registro do
541 apoio socioeducativo em meio aberto, relatando todas as atividades realizadas e dar a
542 aprovação para este projeto, porque se for aprovado não vai prejudicar ninguém, e o
543 dinheiro volta para o Fundo e o corre-se o risco do Governador fazer o que ele quiser e não
544 virá para Cascavel. Diz que pelo comprometimento do trabalho que a APAE realiza, sugere
545 que o projeto seja aprovado e que a entidade promova o mais breve possível este registro
546 e correção necessária no CMDCA. Silvana relata que estava conversando no escritório da
547 SEDS e foi dito que dos dezenove municípios do Escritório Regional de Cascavel, até o
548 momento somente a APAE e a APOFILAB e mais uma entidade de Céu Azul estão
549 pleiteando estes recursos. Diz que as chances de se conseguir este recurso é bem grande
550 e comenta que não vota, mas diz que é de grande interesse de todos que as duas
551 entidades sejam contempladas e sugere a Martinha que se dê um foco maior no
552 atendimento à família quanto ao uso do “Playtable”. Etelda diz que para ela ficou claro na
553 apresentação que o objetivo do projeto é acolher a família, porque muitas vezes existe a
554 rejeição da própria família pelo problema e quanto ao encaminhamento para a APAE, a não
555 aceitação da situação da criança ou adolescente e acha que o que tem que ser fortalecido
556 no projeto é que o equipamento irá auxiliar no processo de acolhida da família, da criança e
557 do adolescente e também na interação entre estes. Diz que no projeto é preciso enfatizar
558 que o atendimento será para as crianças, adolescentes e suas famílias, e sempre que se
559 falar de criança e adolescente é preciso citar suas famílias, ou as famílias e seus filhos.
560 Valdair comenta que hoje a APAE tentou demonstrar ao CMDCA a quantidade de crianças
561 que são atendidas, mas hoje para a aprovação do projeto isto não é importante, hoje é
562 importante é o trabalho desenvolvido com a família, hoje o importante é a família que tem a
563 criança com deficiência e não o contrário. Que o foco são os pais e as pessoas que tem a
564 demanda da deficiência em casa e no caso da APOFILAB o problema não é a criança que
565 é atendida pela entidade, mas a família que está em casa e não sabe como lidar com a
566 criança. Valéria Medeiros fala que a questão está vinculada a prestação de contas, pois
567 todos sabem que quando o recurso vem do Estado a prestação de contas é um pouco mais
568 ferrenha, porque não se tem o apoio que se tem aqui no município, porque quando se
569 recebe recurso do Município a Secretaria de Assistência Social disponibiliza os técnicos do
570 Setor que faz toda a orientação e a correção, e a chance de se errar é menor, e diante
571 disso sugere que na hora da prestação de contas pro Estado que se enfatize esta questão

572 de família, porque as vezes na hora da prestação ode contas e de se aferir as metas e de
573 fazer o relatório quantitativo e qualitativo, já se está tão acostumado a colocar criança e
574 adolescente que pode acontecer de se esquecer de colocar a família e isso pode gerar
575 uma dúvida para o Estado, pois repassaram o recurso mas não foi aplicado conforme
576 estava no projeto. Que isso não quer dizer que não foi aplicado, mais sim que na hora da
577 prestação de contas não se teve este cuidado. Comenta que a Guarda Mirim já teve que
578 devolver recurso para o Município e há muito tempo atrás antes dela entrar na Guarda teve
579 um projeto do Estado foi feita uma quebra de termo do projeto por divergências de recursos
580 e de equipe. As vezes a Entidade fica penalizada e existe até aquela visão que o povo tem
581 de que as Entidades “metem a mão” no recurso e não aplicam como deveriam. Valdair
582 questiona se ficou esclarecido para a APAE que todos estes questionamentos foram feitos
583 para garantir o recurso e não é nada contra a Entidade, e fala para que o Presidente da
584 APAE Evilásio que está presente, para que garanta que a Entidade faça a inscrição para o
585 atendimento de crianças e adolescentes e regularize a capacidade de atendimento de
586 famílias com a apresentação de novo plano adequado. Evilásio diz que de imediato vai
587 fazer isto, cumprimenta todos os presentes e diz que é uma alegria muito grande estar
588 participando desta reunião e rever os conselheiros. Diz que o CMDCA é uma grande escola
589 e todos sairão da reunião mais preparados e fortalecidos pelas contribuições que
590 receberam hoje e convida a todos para visitarem a APAE. O Presidente coloca em
591 aprovação o projeto da APAE que é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis e passa
592 para o próximo ponto da pauta **5) Apreciação e Deliberação de solicitação de
593 suplementação do recurso do FIA, referente à aquisição de computadores já
594 deliberados pelo CMDCA (Ofício nº 905/2017 de 13/07/2017 - SEASO)**. Etelda faz a
595 leitura do Ofício recebido da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o seguinte
596 conteúdo: *Que vem mui respeitosamente informar que na data de 27/06/2017 foi
597 homologada a ata de registro de preço para a aquisição de computadores conforme
598 documento anexo. Entendendo a necessidade em proceder com a aquisição dos
599 equipamentos de informática, esta Secretaria realizou levantamento do valor que consta
600 nas deliberações de casa Unidade com o valor do Registro de preço, sendo necessária
601 suplementação de recursos para sua aquisição, conforme anexo, Frente ao exposto,
602 informamos que a diferença para que os equipamentos sejam adquiridos corresponde o
603 total de R\$ 8.925,62, (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e dois
604 centavos), anexo tabela com detalhamento. Neste sentido, entendendo a necessidade do
605 andamento para a efetivação dos planos, solicitamos a apreciação e deliberação deste*

606 *estimado Conselho para a suplementação do valor informado para que seja possível a*
607 *aquisição dos equipamentos, visando o atendimento das necessidades das Unidades.*
608 Etelda fala que são 125 (cento e vinte e cinco) computadores no valor de R\$ 3.000,00 (três
609 mil reais), dando um total de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais); os
610 computadores da Praça CÉU, CRAS XIV, CRAS Cascavel Velho, CRAS Central e CRAS
611 Periolo o preço unitário era de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e passou para R\$
612 3.000,00 (três mil reais) e do CREAS IV o valor era de R\$2.537,19 (dois mil e quinhentos e
613 trinta e sete reais e dezenove centavos) e passou a ser de R\$ 5.074,38 (cinco mil e setenta
614 e quatro reais e trinta e oito centavos), sendo que o valor que foi deliberado anteriormente
615 pelo CMDCA foi de R\$ 45.074,38 (quarenta e cinco mil e setenta e quatro reais e trinta e
616 oito centavos) e agora é preciso que o CMDCA delibere sobre um adicional de R\$ 8.925,62
617 (oito mil e novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos) para que seja
618 possível a compra de todos os equipamentos que já foram aprovados pelo Conselho. Maria
619 Tereza pergunta de quando é o FIA e Etelda diz que estão em trâmite as aquisições de
620 equipamentos relativos a deliberações de 2015 que eram do FIA 2013/2014 e ainda em
621 andamento Deliberação de 2016 que eram relativos ao FIA de 2014/2015. Não soube
622 clarificar se esta aquisição de equipamentos é relativa a qual partilha, pois no documento
623 enviado pela SEASO não diz em nenhum local. Fábio Tomasetto solicita espaço para fazer
624 um desabafo: diz que não consegue aceitar tanta demora, não aceita o fato de não terem
625 sido contemplados ainda equipamentos solicitados e deliberados em 2015 que eram
626 recursos de anos anteriores, e fala que são quatro anos que o serviço fez o projeto e os
627 profissionais que estavam lá, talvez já nem estejam mais no serviço, ou já não se tenha
628 mais nem interesse em realizar o projeto e cita como exemplo o projeto da Secretaria
629 Municipal de Saúde apresentado pelo CAPS AD, que é um projeto imensamente inovador,
630 com o objetivo de trabalhar a questão da prevenção do uso e abuso de drogas, lícitas e
631 ilícitas, junto a todas as escolas do município, e o projeto ainda não foi contemplado. Além
632 do que já houve a contratação do profissional solicitado para trabalhar unicamente com
633 este projeto e não sai os equipamentos, fato que impossibilita o trabalho do profissional
634 também contratado com os recursos do FIA. Dorli pergunta qual o motivo para as entidades
635 não governamentais terem um prazo para se adquirir tudo e para as governamentais a
636 demora é tão grande. Fábio diz que para as entidades não governamentais entregou o
637 projeto e foi aprovado o dinheiro já está na mão, enquanto isso nas governamentais o
638 burocracia é do tamanho do “mundo”. Etelda acrescenta ainda que no caso governamental
639 as aquisições são feitas por licitação e comenta que a SEASO justificou essa necessidade

640 de suplementação devido a problemas de licitação, descrição de detalhamento dos bens e
641 objetos, e então na hora de licitar dá deserto e não se consegue adquirir os bens. Quanto à
642 questão jurídica para a compra de Container que ainda bem que a APOFILAB correu atrás
643 e agilizou, porque depois no caso do CAPS AD que foi o primeiro a solicitar e ficou um ano
644 para análise de compras e jurídico, o parecer foi contrário à aquisição, ainda que aprovado
645 pelo Conselho, pois era considerada obra e portando não poderiam ser comprados com
646 recursos do FIA e agora o CAPS AD já oficiou a SEASO, com cópia ao CMDCA para
647 justificar a demora e o CAPS I também está questionando porque este projeto que o Fábio
648 falou sobre a prevenção antidrogas nas escolas foi solicitado o envelopamento de uma
649 Kombi, o material gráfico, camisetas e a contratação de um oficineiro e o que aconteceu é
650 que o oficineiro foi contratado sem a Kombi e o material necessário, fato que não permite a
651 realização do trabalho e o cumprimento do objeto do Plano apresentado. Fábio diz que o
652 oficineiro já esta trabalhando no serviço, porém quando tiver a Kombi e o material gráfico,
653 já não se tem mais o oficineiro para trabalhar. Etelda diz que estas questões são
654 governamentais e não acontece para entidades governamentais que comprar somente com
655 cotação de preços e não há exigência de processo licitatório. Valdair comenta que a Mesa
656 Diretiva já provocou e já oficiou até o Prefeito, e acredita que seja o momento de trazer
657 esta pauta em uma Reunião Ordinária com a presença dos responsáveis do Jurídico,
658 Compras e todos que forem responsáveis, pra ficar diante do Conselho para que se cobre
659 deles mais eficiência. Fábio comenta que existia um projeto chamado “Luz da Liberdade”,
660 que era com um oficineiro de grafite com todo o material para fazer um trabalho com
661 crianças e adolescente e saiu e oficineiro de grafite isso com repasse do FIA de 2013, e o
662 oficineiro desenvolveu todas as atividades e somente no final do ano passado é que
663 chegaram as tintas, ai o material vence e tem que ser jogado fora e isso é mau uso do
664 dinheiro público. Valéria comenta que entrou em contato com o CREAS para que eles
665 fossem até a Guarda para fazer uma oficina com os adolescentes e quando eles
666 conseguiram agenda não se tinha mais material. Fábio diz que todo ano o CMDCA delibera
667 FIA e existem recursos de quase quatro anos que estão parados. Que muitos falam que o
668 FIA tem mais de 1(um) milhão de reais, mas isso é mentira, porque o dinheiro está todo
669 comprometido, porque não saíram ainda os projetos que já foram aprovados pelo Conselho
670 e não foram cumpridos os prazos e o cronograma, e este Conselho não toma nenhuma
671 atitude. Evilásio sugere que Conselho poderia pensar que os projetos que demandassem
672 um determinado período, poderiam prescrever e o recurso poderia ser liberado para outros.
673 Maria Tereza comenta que assim os governamentais não seriam contemplados nunca.

674 Evilásio diz que desta forma o governamental precisaria se organizar e mostrar a sua
675 eficiência. Etelda completa a fala do Evilásio dizendo que nas próximas deliberações do
676 CMDCA se for entidade terá que ser feito chamamento público e sugere que sejam
677 pensados prazos limite para a execução do recurso deliberado e não sendo cumprido o
678 cancelamento e a aplicação para outro local. Maristela pede a palavra e diz que participou
679 esta semana do chamamento público realizado na Prefeitura com a parte Administrativa e
680 Financeira das Secretarias e a Prefeitura fez uma inovação contratando um Site de Preços
681 para facilitar os orçamentos e vai lançar juntamente com a Associação Comercial e
682 Industrial de Cascavel – ACIC, um escritório de compras. Sugere que o Conselho chame
683 este pessoal, porque um dos objetivos deste escritório de compras é ampliar a participação
684 dos empresários e microempresários nas licitações públicas e é preciso se garantir que
685 este escritório facilite com seu trabalho, para evitar toda esta demora nos processos
686 licitatórios. Valdair comenta que se sente incomodado em todo esse processo, porque em
687 todos os serviços existem crianças e adolescentes, e quando se perde e não são aplicados
688 os recursos, ele vai para outro local e se esquece de que no serviço que perdeu o recurso
689 existem crianças e adolescentes que também precisam desses recursos para a melhora no
690 seu atendimento. Fala que o Conselho precisa brigar pela eficiência e os técnicos existem
691 para isso, para encontrarem caminhos para que isso seja resolvido. Que é preciso se tomar
692 providências encaminhando para o Ministério Público para que ele também atue e se possa
693 obter os resultados, porque faz tempo que essas situações estão se arrastando e é preciso
694 que sejam tomadas atitudes. Relembra ainda a todos que o Prefeito de Cascavel é
695 candidato ao Prefeito Amigo da Criança, então é preciso que se pegue forte nessa questão,
696 porque existe a esperança de se ganhar este prêmio e será muito difícil se ganhar este
697 prêmio com os depoimentos aqui ouvidos por todos, de que se passam os anos, que os
698 recursos liberados não são aplicados porque o Jurídico não aprova, o Compras não
699 aprova, mas se não aprova é preciso que se resolva o motivo porque não se aprova. Diz
700 que acha que está na hora de decisões serem tomadas e é preciso que se façam mais
701 reuniões para se discutir o assunto. Etelda comenta que esta situação existe desde a
702 gestão anterior, fato que já motivou muitas solicitações neste sentido e que essa questão
703 também dificulta para que o CMDCA faça o seu papel de fiscalizador dos recursos do FIA,
704 porque no momento que se pede um extrato da conta do FIA, sempre existem valores que
705 estão empenhados e ainda não aplicados e altos valores correspondentes à aplicação dos
706 recursos e que este não é o objetivo do CMDCA, e sim de que seja aplicado este recurso
707 para a melhoria da política da criança e do adolescente. Sugere que seja fechado este item

708 e que o mesmo retorne para pauta na próxima reunião ordinária do CMDCA, e que com o
709 apoio da Maristela se consiga saber quem são os responsáveis pelo Escritório de Compras
710 para que eles sejam convocados pelo Conselho para participarem desta reunião e demais
711 interessados, inclusive os Órgãos que ajudam e apoiam na campanha do FIA e cobram do
712 CMDCA sempre aonde o dinheiro vai ser aplicado. Comenta que no dia de ontem ela
713 recebeu três ligações de contadores querendo saber por que o dinheiro não pode ser
714 depositado diretamente para as Entidades que é o que eles querem, então ela teve que
715 explicar todo o procedimento, que é por causa da Lei nº 13.019, e que existe o
716 Chamamento Público. Mas eles querem ajudar, mas querem também saber para onde o
717 dinheiro está indo e esta transparência o CMDCA sempre teve porque estão no Portal do
718 Município as Resoluções da destinação do dinheiro. Maria Tereza diz que todos sabem que
719 quem atende o maior número de crianças é o Município, só que não há uma
720 implementação no momento da partilha do FIA, que quarenta por cento do recurso vai para
721 as entidades não governamentais e sessenta por cento para as governamentais, e este
722 fato por si só sempre foi motivo de crítica, e para piorar os governamentais não utilizam o
723 recurso, fato que não pode mais acontecer. Propõe que seja feita uma Resolução, na qual
724 conste que se não usar o recurso durante aquele ano, não pode mais usar e o recurso vai
725 voltar para o Fundo para ser partilhado novamente. Valdair comenta que uma reunião com
726 uma pauta de trinta minutos não é suficiente, e será necessária uma reunião específica,
727 uma reunião extraordinária para se tratar de FIA. Fábio relata que esteve em um evento
728 comemorativo dos vinte e sete anos do ECA em Curitiba e o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior
729 Neto questionou “quantas vezes o CMDCA do município se reúne”? Uma vez por mês? Pra
730 mim se o CMDCA está se reunindo uma vez por mês é porque está tudo redondinho, o
731 CMDCA não tem que se reunir só uma vez por mês. Diante disso questiona também como
732 Conselheiro: "as pendências do FIA estão todas sanadas e as pendências que o Conselho
733 tem estão todas sanadas para se reunirem apenas uma vez por mês" e diz que percebeu
734 que esta interrogação foi para os municípios, e se todos forem parar pra pensar o CMDCA
735 espera um mês para se reunir para deliberar uma coisa para o outro mês e assim por
736 diante. Valdair comenta que na verdade o CMDCA se reúne muito mais, que uma vez por
737 mês e nas comissões, mas acha que a plenária diante da situação atual de que tem que
738 ser boa parte de voluntários, que são os não governamentais o Conselho tem andado bem,
739 se reunindo uma vez por mês, algumas vezes mais que uma atendendo a demanda. Após
740 as discussões sobre o assunto fica decidido que a Mesa fará a articulação para depois
741 marcar uma data para uma reunião onde será pauta o assunto. Valdair coloca em

742 aprovação a solicitação de suplementação de recursos pela SEASO, para a compra dos
743 computadores, que é aprovado com 15 (quinze) votos favoráveis. **6) Informes. 6.1:** Maria
744 Tereza Chaves convida todos os presentes para participarem da XII Conferência Municipal
745 de Assistência Social que será realizada nos dias 27 e 28 de julho, com a presença da
746 Palestrante Márcia Terezinha de Oliveira do Centro de Estudos e Projetos em Educação,
747 Cidadania e Desenvolvimento Social – CEDEPS e no dia 27 será a eleição para as
748 entidades não governamentais para comporem o CMAS para a próxima gestão. Etelda
749 salienta que a maioria das entidades que estão inscritas no CMDCA, também estão
750 inscritas no CMAS e todas já receberam ofícios com os prazos para candidatura, indicação
751 de delegados e para poderem votar na eleição e para participarem do Conselho Municipal
752 de Assistência Social. Comenta que para participar da Conferência é preciso se inscrever
753 pela internet e ficou de enviar o link para todos por e-mail. Maristela comenta que recebeu
754 um convite da Sr.^a Sandra Durek conselheira do Conselho da Pessoa com Deficiência para
755 um Seminário que acontecerá na UNIOESTE na mesma data da Conferência, e por não
756 ser a primeira vez que isto ocorre, sugere que avisem a UNIOESTE para que isso não volte
757 a se repetir. Comenta que no dia vinte e sete as pessoas ficarão divididas porque
758 acontecerá uma palestra com um Procurador do Trabalho e a Palestra da Conferência que
759 também será muito interessante. Etelda sugere o envio de um e-mail para os conselheiros
760 que representam a UNIOESTE - Mônica Celis Stelmach e Rodrigo Suzuki, solicitando que
761 eles articulem com a UNIOESTE sobre o caso. **6.2. Ofício 911/2017 – SEASO:** Etelda diz
762 que o Secretaria Municipal de Assistência Social, informa o novo endereço do CRAS
763 Central, que a partir do dia doze de julho passou a atender na Rua Curitiba, nº 1241 no
764 Bairro Neva. **6.3. Ofício Circular 08/2017 CEDCA/PR Ref. Prorrogação das**
765 **Deliberações CEDCA:** Etelda fala que as deliberações que foram discutidas e publicadas
766 pelo CMDCA, referentes ao repasse de recursos Fundo a Fundo, para a aprovação da
767 adesão do Município, algumas tinham prazo para até o final do mês de junho, algumas
768 para o mês de julho e agora o CEDCA prorrogou para o dia vinte e nove de setembro o
769 prazo para as adesões dos municípios. Maria Tereza explica que o prazo foi prorrogado
770 devido à baixíssima adesão dos municípios as tais deliberações pelo fato das exigências
771 serem muito grandes. **6.4. Convite do Observatório Social para conhecer o Projeto**
772 **Obra Transparente:** Etelda comenta que o CMDCA recebeu um convite por e-mail do
773 Observatório Social de Cascavel, que terá como atribuição de acompanhar o Projeto Obra
774 Transparente, lançado a nível nacional, e o Observatório Social de Cascavel é um dos vinte
775 e dois Observatórios participantes do projeto, que terão o papel de fiscalizar e monitorar as

776 obras de escolas e creches financiadas com recursos Federais junto aos municípios do
777 Brasil e estão convidando o CMDCA e as entidades para participarem do evento de
778 apresentação do projeto que será realizada no dia vinte e um de julho às dezenove horas,
779 na Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC. Maria Tereza pede a palavra e
780 fala para todos da importância da participação dos Conselheiros nas comissões e dos
781 Conselhos, e que as entidades solicitem que os seus técnicos participem. Comenta que a
782 obra do CRAS Interlagos era para ser entregue em dois mil e quinze, depois deram um
783 prazo até julho de dois mil e dezesseis e agora o Prefeito rompeu com a empresa, e o
784 representante da empresa foi falar com ela pedindo para que ela intervisse por ele, mais
785 eles tiveram todos os prazos e foi o Prefeito que rompeu com eles. Diz que acha
786 importantíssimo que o Observatório Social fique em cima das obras e sugere que todos
787 que puderem participar que participem, porque o que fazem é um desmando com o
788 dinheiro público. O Presidente comenta que não está em pauta, mas concede dois minutos
789 para que o Conselheiro Fábio compartilhe com todos como foi o evento em Curitiba em
790 comemoração aos vinte e sete anos do ECA e posteriormente mais dois minutos para ele
791 próprio falar sobre o evento que foi realizado em Cascavel na APOFILAB. Fábio Tomasetto
792 diz que no dia treze aconteceu em Curitiba uma comemoração aos vinte e sete anos do
793 ECA, no Teatro Positivo, e se compromete em trazer uma gravação que fez de uma fala do
794 Dr. Olympio de dez minutos em relação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
795 do Adolescente, Conselho Tutelar e outras instituições mencionadas por ele. Diz que foi um
796 momento extremamente rico e um evento que não poderia ser realizado somente em um
797 dia, porque as falas foram muito produtivas, com mesas de debates no período da manhã
798 com o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Dr. Murillo José Digiácomo, Mônica Louise de
799 Azevedo que assumiu o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da
800 Criança e do Adolescente e da Educação – CAOPCAE. No lugar do Dr. Murillo, teve a
801 apresentação de uma ex Conselheira Tutelar juntamente com o Sr. Márcio Rosa da Silva,
802 presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado do
803 Paraná, que realizaram uma pesquisa e fizeram uma apresentação do diagnóstico do
804 trabalho realizado por eles e parabeniza Cascavel que mais uma vez está em primeiro
805 lugar na questão de atendimentos e na remuneração de conselheiros tutelares, que é o
806 maior salário do Paraná. No período da tarde Fábio conta que tiveram mesas temáticas e
807 ele participou da Mesa de Práticas de Inclusão e desafios cotidianos que era composta
808 pelo Promotor de Justiça José Américo Penteado de Carvalho e David Kerber de Aguiar,
809 também promotor de Justiça e ambos trabalham com a questão da pessoa com deficiência,

810 e a Mesa era sobre a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no contexto
811 social e a proposta levada para a plenária foi a inclusão das crianças e adolescentes com
812 deficiência no contexto escolar, para compor a equipe multidisciplinar nas escolas e
813 fazerem a avaliação dos alunos para serem inseridos. Comenta que as propostas foram
814 feitas para talvez posteriormente saírem como adendo do ECA. Dentre as questões
815 apontadas foi de que haja nas Escolas uma equipe composta por médico, assistente social
816 e psicólogo para formarem a equipe multidisciplinar para a inserção dos alunos com
817 deficiência no ensino regular. Que considera que para quem trabalha com a pessoa com
818 deficiência isso é uma vitória muito grande essa inserção no ensino regular. Comenta ainda
819 que hoje no Paraná existem apenas doze Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
820 – CAPS, para atender crianças e adolescentes, mas acha pouco doze CAPS para
821 atenderem crianças e adolescentes em um Estado que tem 399 (trezentos e noventa e
822 nove) municípios. Lucimaira fala que esta pauta sobre saúde mental poderia ser levantada
823 pelo CMDCA e sugere que se faça um questionamento, porque o município está se
824 organizando e hoje a demanda de saúde mental é muito grande. Fábio sugere que se
825 comece a trabalhar a questão da saúde mental e o Presidente Valdir comenta que a
826 Saúde Mental poderia ser tema de um Fórum na eleição do CMDCA. Fábio encerra sua
827 fala dizendo que foi muito produtiva a sua participação no evento e infelizmente foi somente
828 de um dia. Gustavo Scherole de Brito comenta que foi questionado pelos outros Conselhos
829 Tutelares devido a representatividade da Conselheira Tutelar Maria Fatima Dalamaria no
830 evento. Fala que ao receberem o encaminhamento de informações relativas ao evento, que
831 foi recebida pelos três Conselhos, o Conselho Leste se organizou e pediu a liberação para
832 a viagem. Fábio comenta que a Sr.^a Maria esteve muito presente a todo momento e
833 participou dos debates, sendo que a sua participação enquanto Conselho Tutelar foi
834 fundamental. Lucimaira só lembra aos presentes que como já comentou na reunião
835 anterior sobre o reordenamento dos CREAS, no dia de hoje vai acontecer a reunião do
836 CMAS sobre o reordenamento e ficou decidido que na reunião estariam presentes
837 representantes do CMDCA para acompanharem a discussão e já irem se inteirando do
838 assunto Fala que a reunião será as catorze horas na Guarda Mirim. Gustavo sugere que
839 todos tenham acesso ao ECA comentado, elaborado pelo Dr. Murillo, e Fábio Tomasetto
840 comenta que a Universidade Positivo comprou todo o estoque de ECA's para distribuir para
841 os participantes do evento, mas que cada Conselho Municipal vai receber um ECA. Fábio
842 solicita mais um minuto de fala ao Presidente e comenta que algumas pessoas estão
843 questionando ele sobre o Plano Operativo Municipal – POM que dispõe sobre o

844 atendimento a saúde de crianças e de adolescentes que estão em processo de internação
845 ou em internação provisória nos Centro de Socioeducação - CENSE's. pois o referido plano
846 era para ser aprovado no CMDCA e no Conselho de Saúde, porém estão enfrentando
847 dificuldades porque existem duas portarias do Ministério da Saúde que se contradizem,
848 uma portaria diz que não é possível colocar um profissional especialista na atenção básica
849 e na portaria do POM existe a obrigação de se colocar um profissional psiquiátrico na
850 atenção básica para o atendimento dos adolescentes. Que diante desta problemática já foi
851 feita um demanda para o Ministério de Saúde e estão no aguardo de uma resposta. Etelda
852 sugere para Fábio que como eles precisam da aprovação do plano em dois Conselhos que
853 ele já articule uma Reunião Extraordinária Conjunta, porque se corre o risco de um
854 Conselho aprovar e o outro não aprovar. Fábio comenta que acha que não será possível
855 realizar a reunião porque o outro Conselho não aceitaria, e prefere se abster. Valdair fala
856 sobre a comemoração dos vinte e sete anos do Estatuto que aconteceu no dia treze de
857 julho, da APOFILAB em parceria com o CMDCA, quando ocorreu a entrega oficial dos bens
858 adquiridos com recursos do FIA pela APOFILAB. Comenta que o momento foi muito
859 interessante e que aprenderam muito com a APOFILAB e a ideia de realizar o evento para
860 dizer aonde foi investido o dinheiro do Fundo deveria ser adotada pelas outras entidades,
861 que também poderiam criar este tipo de evento para poderem divulgar e auxiliar na
862 Campanha de arrecadação de recursos. Que foram feitas algumas falas sobre os vinte e
863 sete anos do ECA, direcionadas para a importância da implementação da totalidade deste
864 Estatuto. Comenta que algumas coisas são colocadas em prática, mas muitas ainda não
865 funcionam e que está tudo muito bonito no papel , mas tem que ser praticado para dar
866 resultado. Agradece a APOFILAB por ter aceitado a parceria para a realização da
867 comemoração do ECA e também pelo momento de festa que a APOFILAB organizou.
868 Etelda diz que a Maria Tereza sugeriu que no final desta gestão o CMDCA publique uma
869 Resolução com prazos para a aplicação dos recursos do FIA, e faz a sugestão de que junto
870 com esta Resolução, deixem também uma proposta de um evento desenvolvido pelas
871 Entidades Não Governamentais e outro pelos Programas Governamentais para mostrar o
872 resultado da aplicação dos recursos, com o chamamento da mídia para fazer a divulgação.
873 Maria Tereza comenta que foi visitar os dois CENSE's e comenta que o CMDCA está no
874 caminho certo, que é preciso se investir em prevenção, porque um menino no CENSE
875 custa R\$ 5 (cinco) mil e uma criança em liberdade custa R\$ 160,00 (cento e sessenta reais)
876 com a aplicação dos recurso do FIA ou com o chamamento público. Fala que o Conselho
877 tem que focar em prevenção e o Estado não quer focar em prevenção, "ele investe rios de

878 dinheiro quando vai para a socioeducação e gotinhas em prevenção” Propõe o envio de
879 ofícios para todos os lugares possíveis, porque é preciso investir na prevenção, nos
880 serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no contraturnos escolares. Etelda
881 acrescenta ainda que é preciso focar também em vagas de trabalho aprendiz, porque isso
882 também é prevenção. Fábio comenta que isso foi visível na deliberação que foi de mais de
883 1 (um) milhão para liberdade assistida e 200 (duzentos) mil para Fortalecimento de
884 Vínculos. Etelda diz então que a proposta de Maria Tereza é que na hora que for aberto o
885 chamamento público para a partilha do FIA Municipal que as principais linhas de
886 financiamento sejam utilizadas para a prevenção. Não havendo outros questionamentos e
887 contribuições e com a pauta concluída, o Presidente Valdair agradece a presença de todos
888 e nada mais havendo para tratar, dá por encerrada à reunião às onze horas e cinquenta
889 minutos e eu Máisa de Moura Ito_____ Agente Administrativo
890 da SECON/ CMDCA, lavrei a presente ata que será assinada por mim, e pelo Presidente do
891 CMDCA Valdair Mauro Debus _____, contendo anexa
892 a listagem de presença dos demais participantes da reunião.